

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Derrota de Flávio põe água fria na anistia do pai

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocou um ponto final nas esperanças que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tinha de receber indulto, caso seu filho saísse vitorioso na corrida presidencial.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de estado, Bolsonaro cumpre a pena, por decisão do ministro Alexandre do Moraes (STF), em regime domiciliar humanitário com monitoramento por tornozeleira eletrônica, devido ao seu histórico de broncopneumonia e comorbidades.

A derrota do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para Lula não significa, no entanto, que os bolsonaristas desistirão de tentar colocar em liberdade o ex-presidente da República. Mas líderes do centrão ouvidos pela coluna avaliam que, com Flávio derrotado, o PL não terá poder para forçar a aprovação de algum tipo de anistia a Jair Bolsonaro. Quando o filho esteve liderando as pesquisas de intenção de votos, senadores chegaram a acreditar que dava para aprovar um texto com a anistia e enviá-lo para votação na Câmara.

Os deputados já tinham avaliado um projeto de anistia, de novembro de 2022, inicialmente voltado para beneficiar caminhoneiros que ocuparam rodovias pedindo intervenção militar após a eleição do presidente Lula naquele ano. Foi apresentado pelo deputado Major Vitor Hugo, e teve juntados a ele outros sete projetos que passavam a conceder o benefício a todos os envolvidos em tentativas de golpe, especial-

mente os do 8 de janeiro de 2023.

O texto acabou alterado e aprovado na Câmara, num amplo acordo, como “Projeto de nova dosimetria das penas”. Não concede anistia, mas diminui as punições radicalmente. Se for aprovado no Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, passará a ter que cumprir apenas 2 anos e quatro meses, segundo o relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Se os senadores modificarem, terá que voltar à Câmara para nova apreciação.

O líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ), disse à coluna não acreditar que o assunto da anistia “será retomado” pelos deputados. É a mesma opinião do líder do Republicanos, deputado Augusto Coutinho (PE). Perguntado por que chegou a essa conclusão, ele responde simplesmente “porque já foi aprovada na Câmara a diminuição de penas”.

Esses líderes se dispõem a falar abertamente. Mas outros do centrão, especialmente no Senado, e até presidentes de partidos, pedem reserva para argumentar:

Por que anistiar Jair Bolsonaro agora que o filho foi derrotado? Vale a pena recolocar no jogo o ex-presidente, quando o mais apropriado é abrir espaço para outros nomes?

À esquerda, essa foi a última eleição da qual participou o presidente Lula. Caberá às siglas desse campo a renovação. À direita e ao centro, há outros nomes na fila, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), o ex-governador do Pará Helder Barbalho (MDB), et cetera.

“A fila tem que andar. Não há porque ficarmos presos a assuntos do passado como a anistia”, argumenta um presidente de partido de centro-direita.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

2030 sem Lula e sem Bolsonaro

A segunda derrota consecutiva de um Bolsonaro abre caminho para um pleito singular em 2023, sem a presença de Lula e de qualquer representante do clã que desde 2018 comanda a direita brasileira.

Um embate que, em tese, ajudará a diminuir o ódio que cada lado dedica ao oposto. É só compararmos os ringues em que foram transformados os debates da campanha presidencial com a cortesia dos embates entre Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad na disputa pelo governo paulista.

Vitorioso em mais uma corrida pelo Planalto — a quarta — e veterano de sete das dez eleições realizadas desde a redemocratização, o petista, que hoje faz 81 anos, iniciou sua derradeira missão em cargos públicos.

Desta vez, não haverá alternativa, a esquerda e a centro-esquerda terão que encontrar outros nomes para ocupar o lugar do mais importante político brasileiro do século XXI, quicá de toda a história republicana (Getúlio Vargas ficou mais tempo no poder; também fez reformas fundamentais, mas a ditadura do Estado Novo tem efeito negativo sobre sua biografia.)

A situação no outro campo é bem diferente. Para não brigar com o bolsonarismo, a direita não extremista aceitou se subordinar ao ex-presidente, topou a imposição de Flávio, abriu mão de uma provável vitória de Tarcísio de Freitas, que, ajudado pelas derrapadas

da campanha de Lula no primeiro turno, poderia ter liquidado a fatura logo de cara.

É muito improvável que, agora, a direita que tenta encontrar espaço e cara se disponha a, mais uma vez, deixar-se levar pelos arroubos de um Jair Bolsonaro preso e sem perspectivas de soltura.

Com Eduardo condenado e foragido e com Flávio sem mandato e ameaçado por investigações da Polícia Federal, a prole do ex-presidente passará a ser representada no Congresso por Carlos e Jair Renan.

Há também Michelle, eleita senadora com tranquilidade, carismática, bonita, boa oradora e que não se constrange em distribuir doses de maldades tão comuns na vida político-partidária. Mas em suas veias não corre sangue dos Bolsonaro; e isso conta muito numa família tão ciosa da defesa dos seus próprios valores e interesses. Por mais que goste de sua mulher, Jair sempre procurou manter seus voos sob controle.

Péssima para o bolsonarismo, a derrota de Flávio abriu novas perspectivas para a direita. O lado que tenta construir uma alternativa entre o extremismo e o Centrão tem quatro anos para mostrar que do que é capaz. O grupo mais digamos, pragmático, não tem do que reclamar: subiria a rampa com o bolsonarista, a subirá com Lula.

Presidente/dono do PL, Valdemar Costa Neto deve estar tão feliz quanto os petistas. Graças aos adeptos do ex-presidente e ao ódio ao PT, seu partido elegeu uma bancada enorme, futura destinatária de fundos eleitoral e partidário. A derrota de Flávio também permite que ele fique menos sensível às exigências do ex-capitão e mantenha o sinal aberto para o Planalto.

EDITORIAL

A reação e preocupação do mercado com Lula

A reação do mercado financeiro à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva evidencia um velho dilema da política brasileira: até que ponto as expectativas dos investidores devem influenciar os rumos de um governo legitimamente eleito pelas urnas?

Oscilações na Bolsa de Valores, variações do dólar e mudanças nas projeções econômicas são movimentos comuns diante de acontecimentos políticos relevantes. No entanto, quando a resposta do mercado se transforma em sinal de desconfiança ou em instrumento de pressão, é necessário distinguir a preocupação legítima com a economia de uma resistência política às escolhas da maioria da população.

A reeleição de Lula representa a continuidade de um projeto político aprovado pelo eleitorado. Cabe ao governo, portanto, honrar os compromissos assumidos, preservar a estabilidade econômica e apresentar resultados concretos no controle da inflação, na geração de empregos, na responsabilidade fiscal e na melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Isso não significa ignorar os alertas do setor financeiro. O equilíbrio das contas públicas, a previsibilidade das regras e a segurança jurídica são fatores importantes para estimular investimentos e sustentar o crescimento. O governo precisa demonstrar, com medidas consistentes e transparência, que suas prioridades sociais podem caminhar ao lado de uma política econômica responsável.

Por outro lado, não se pode aceitar que as decisões de um governo sejam avaliadas exclusivamente pela reação imediata dos agentes financeiros. O mercado não é um bloco homogêneo, tampouco suas projeções representam verdades absolutas sobre o futuro do país. A volatilidade reflete expectativas, interesses e avaliações que podem mudar conforme os acontecimentos.

O Brasil precisa superar a falsa oposição entre responsabilidade econômica e compromisso social. Reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e fortalecer os serviços públicos não são objetivos incompatíveis com o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, políticas públicas duradouras exigem financiamento sustentável, planejamento e capacidade de execução.

A reeleição confere legitimidade democrática ao governo, mas também amplia sua responsabilidade. Lula terá de transformar o resultado das urnas em confiança, investimentos e avanços concretos. Ao mercado financeiro, cabe analisar os fatos com racionalidade, sem substituir o debate democrático por previsões alarmistas ou pressões indevidas.

No fim, a medida do sucesso de um governo não deve ser apenas a reação dos investidores no pregão seguinte à eleição, mas sua capacidade de combinar estabilidade, crescimento e justiça social. É nesse equilíbrio, e não na submissão a interesses particulares, que o Brasil poderá construir um futuro mais próspero.

OPINIÃO DO LEITOR

Rebeca Andrade é história!

Rebeca Andrade, viciada em medalhas! Coleção completa. Admirável ginasta! Rebeca merece muito respeito.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510
---	---	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal